

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.860.845 - RS (2019/0306609-3)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
EMBARGANTE : MARCO GERALDO ABRAHÃO SCHORR
EMBARGANTE : TELMO RICARDO ABRAHÃO SCHORR
ADVOGADOS : MARCO GERALDO ABRAHÃO SCHORR - RS032025
TELMO RICARDO ABRAHÃO SCHORR - RS032158
ARIANE SCHORR PASCHOAL - RS067800
PABLO RODRIGO SCHACKER MILITÃO - RS086620
EMBARGADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : PAULO CESAR KLEIN E OUTRO(S) - RS036745

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA DE MÉRITO. VÍCIOS DE INTEGRAÇÃO NÃO CONFIGURADOS. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Marco Geraldo Abrahão Schorr e outro em face de decisão assim ementada (e-STJ fls. 640-644):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489, § 1º, IV, E 1.022, DO NCPC. NÃO OCORRÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PRECATÓRIO PAGO. PEDIDO DE LEVANTAMENTO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS INDEFERIDO. FALECIMENTO DA PARTE. NECESSIDADE DE SE PROCEDER AO INVENTÁRIO. TESE QUE SUSTENTA A AUTONOMIA DA VERBA HONORÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO AUTÔNOMA NÃO IMPUGNADA E ARGUMENTAÇÃO DISSOCIADA E DEFICIENTE. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

Nos presentes aclaratórios, os embargantes alegam que há omissões/ausência de prestação jurisdicional plena na decisão embargada, pois são inaplicáveis as Súmulas 283 e 284 do STF e que a divergência jurisprudencial foi devidamente demonstrada conforme as exigências legais. Afirmam que **"NÃO SE TRATA DE MERO INCONFORMISMO DA PARTE COM A DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, MAS SIM POSTULADA PELA ADEQUADA E PLENA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, EIS QUE A MATÉRIA POSTA EM JULGAMENTO, CAPAZ DE ALTERAR O ENTENDIMENTO EXARADO, SEQUER VEIO ENFRENTADA!!!"** (e-STJ fl. 655, grifos no original).

Houve impugnação aos embargos (e-STJ fls. 678-681).

É o relatório. Decido.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de

declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

Sob esse enfoque, os presentes embargos declaratórios não merecem acolhimento, porquanto não evidenciada a ocorrência dos vícios apontados pelos embargantes.

O inconformismo da parte com a decisão embargada deve ser manifestado através do recurso próprio.

Desse modo, a decisão embargada não contém nenhuma omissão ou ausência de prestação jurisdicional plena.

No mais, constata-se que todas as alegações trazidas nos embargos de declaração dizem respeito ao mérito da demanda, o que não pode ser objeto de reanálise em sede de embargos de declaração.

Advirta-se, por fim, que eventual oposição de novos embargos de declaração sem argumentação plausível para o recurso, apenas para solicitar rejugamento da controvérsia, pode ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Ante o exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator